

## PROJETO LEI EXECUTIVO 26/2013

"Institui o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS 2013 no Município de Chapadão do Sul e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, MS, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal, denominado “REFIS 2013”, destinado a promover a regularização dos créditos tributários do Município, decorrentes de débitos de pessoas físicas ou jurídicas, com fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2012, relativos a impostos, contribuições de melhorias e taxas devidas pela prestação de serviços públicos ou decorrentes do exercício do poder de polícia, ou outros créditos, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, com parcelamento em curso ou não.

§ 1º Os créditos tributários mencionados neste artigo poderão ser pagos em parcela única com a redução de 100% (cem por cento) da multa e dos juros de mora.

§ 2º Os contribuintes que obtiveram o parcelamento de débitos da mesma natureza daqueles mencionados neste artigo, com base em leis anteriores que instituíram o mesmo programa, também poderão optar pelo pagamento da dívida em parcela única com a redução de 100% (cem por cento) da multa e dos juros de mora.

§ 3º As dívidas decorrentes de autos de Infração e Imposição de Multa poderão ser pagas em parcela única com redução de 50% (cinquenta por cento).

§ 4º O REFIS 2013 não alcança débitos relativos ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI.

§ 5º Os débitos referentes ao Simples Nacional somente poderão ser incluídos no programa instituído por esta lei se estiverem inscritos na Dívida Ativa Municipal.

Art. 2º Os sujeitos passivos ou os responsáveis tributários, por si ou por procurador devidamente nomeado, deverão pedir o ingresso no Programa de Recuperação Fiscal mediante requerimento a ser fornecido pela Prefeitura Municipal para pagamento em parcela única.

§ 1º No caso de débitos ajuizados o ingresso no REFIS 2013 somente será deferido se o interessado comprovar o prévio pagamento das custas judiciais e dos honorários advocatícios, conforme determina o art. 65 do Lei Complementar 037/06 (Código Tributário Municipal).

§ 2º O ingresso do sujeito passivo no Programa de Recuperação Fiscal instituído por esta lei implica:

- a) na confissão irrevogável e irretratável dos débitos tributários;
- b) na expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou judicial, bem como na desistência implícita daqueles já interpostos, relativamente aos débitos fiscais mencionados no pedido;
- c) aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no REFIS 2013.

Art. 3º O ingresso no REFIS 2013 deverá ser formalizado até 8 de novembro de 2013.



Artigo 4º O vencimento da guia de arrecadação será de 05 (cinco) dias após o deferimento do pedido de ingresso no programa.

§ 1º A redução do valor da multa e dos juros incidentes sobre os tributos será atribuída ao documento de arrecadação como desconto.

§ 2º O não pagamento dentro do prazo de vencimento implicará na imediata exclusão do REFIS 2013, no cancelamento dos descontos previstos nesta lei e na imediata exigibilidade do crédito confessado e seus acréscimos legais.

Art. 5º O ingresso no programa exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos de que trata esta Lei, exceto aqueles existentes na data da opção pelo REFIS 2013.

Art. 6º A estimativa de impacto orçamentário-financeiro exigida pelo artigo 14 da Lei Federal Complementar nº 101/2000 está demonstrada no Anexo I desta lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CHAPADAO DO SUL/MS, 03 de Setembro de 2013

---

Poder Executivo

.(a)

